

Excelentíssimo Senhor Dr. Lúcio Flávio, Digníssimo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Goiás, em nome de quem cumprimentos todos os componentes da mesa;

Excelentíssimo Dr. Reginaldo Ferreira Adorno Filho, Digníssimo Presidente da Subseção da Cidade de Goiás nosso anfitrião, em nome de quem cumprimento todos os Presidentes de Subseção Presentes;

Colegas Advogadas e Advogados,

Mestres,

Autoridades aqui presentes,

Senhoras e Senhores,

É uma grande honra estar representando os meus pares, Presidentes de Subseção. Tenho por este Colegiado o maior apreço e espero realmente que corresponda aqui a confiança em mim depositada.

A Ordem dos Advogados do Brasil é uma instituição que todos devemos um pouco da democracia que desfrutamos hoje. Os desafios, os avanços já obtidos, os custos dessas conquistas e, principalmente, o papel que nos cabe ter, neste momento em que o país vive novo ciclo da justiça, marcado pelos recentes acontecimentos nacionais.

A Ordem dos Advogados é bem mais que uma entidade classista: é a trincheira de defesa da cidadania, sentinela avançada da sociedade civil, é a vigilante na defesa intransigente do Estado Democrático de Direito.

Conforme prevê o artigo 44, Inc. I, do Estatuto da Advocacia, a função mais importante da OAB não está em seu papel corporativo, mas sim, em seu papel de instituição-guardiã da ordem constitucional e democrática, de representação da sociedade civil e de defensora da cidadania e dos direitos humanos.

A OAB é pioneira nas lutas pelas transformações sociais de forma pacífica, dentro da lei e da ordem, buscando sempre à inclusão social. Sabemos que não se muda aos solavancos uma estrutura socioeconômica, por mais injusta que seja. Mas sabemos também que é preciso ousar, avançar, assumir riscos, defender corajosamente posições. O Brasil é um dos países com maior nível de concentração de renda do planeta! Esta situação reclama urgência para transformações.

Nos últimos tempos têm aparecido salvadores da pátria, caçadores de marajás ou que alegam que nada existia antes deles. Falácias e mais falácias.

Hoje estamos vivendo a campanha da gramática, ou seja, a campanha entre dois sujeitos ocultos, sujeitos que se estivessem respondendo as perguntas do povo talvez não estivessem tão bem posicionados na disputa.

O Advogado é o braço do cidadão para garantir seus direitos, materiais ou sociais. Qualquer movimento brusco contra a Constituição ou de retrocesso, deve e encontrará por parte da OAB uma contumaz oponente, seja qual for o governante.

Pouco interessa em que direção sopra o vento que derruba a palmeira, não interessa ser ele do norte ou do sul. Queremos sim a palmeira da democracia em pé, firme e cada vez mais vistosa.

Repito, a Ordem dos Advogados não tem partido político ou sectarismo ideológico. Seu compromisso é com o Estado Democrático de Direito e a justiça social.

Democracia sem justiça social é mera fantasia de governo e, infelizmente, é nesse ponto que ainda estamos.

O Brasil vive um dos momentos mais importantes de seus cinco séculos de história. Ao contrário do que foi blasfemado recentemente, o nosso povo é belo, graça às suas origens plurais, tanto étnica quanto cultural. Somos a nona economia do planeta, mas não conseguimos ainda estabelecer a magnitude equivalente no plano social.

A sociedade está repartida entre pobres e ricos, nós ou eles, coxinhas e mortadelas. A paz social está intrinsecamente ligada à estabilidade econômica, respeito aos direitos fundamentais e às oportunidades de educação e trabalho.

Havendo inclusão educacional, social e econômica não mais precisaremos dos programas assistencialistas, os quais possuem em última instância apelo eleitoral e para registrar veementemente a crítica a estes programas assistencialistas, busco a citação de nosso poeta e cantor popular do baião nordestino, nosso saudoso Luiz Gonzaga, que ensinava: ***“Mas doutô uma esmola a um homem qui é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”*** (refrão da Música **Vozes da Seca**).

O pobre tem fome sim. Mas fome de emprego e renda. Tem fome, sobretudo, de Justiça.

A nós, da OAB, cabe papel intransferível, de vigilantes da ordem jurídica e dos interesses da cidadania, mas, este papel só existe em um estado democrático. Relembremos aqui a saga de Sobral Pinto quando teve de invocar a lei de proteção aos animais para libertar um cidadão preso por crime de opinião.

Esta missão começa internamente. Precisamos nós, os operadores do Direito aprofundar as atenções sobre a função social da atividade. Sem Justiça, não há democracia, civilização ou direitos humanos. Sem respeito à lei, o que resta é o caos.

Somos mais de 40 mil advogados em nosso Estado e mais de um milhão em todo o Brasil. Como qualquer família numerosa, temos altos e baixos, virtudes e defeitos, mas uma característica é natural

e comum na classe: somos desafiadores.

A Constituição incumbiu ao Advogado a função de protegê-la. A lei não se serve de palavras inúteis e, ao prever que o Advogado é essencial à administração da justiça, decidiu confiar ao profissional uma função muito importante, que deverá ser desenvolvida por toda a vida, no exercício da profissão.

O Advogado é a garantia de tratamento digno e respeitoso ao cidadão. Tenho repetido, somente três pessoas sentam-se ao lado do cidadão, segurando-lhe nas mãos e acalentando a alma quando ela está no degrau mais baixo da vida: o Advogado o Médico e o padre ou pastor.

A advocacia precisa ter como principal bandeira a ética. Não a ética como slogan, mas a ética no sentido magno, reunindo em seu conceito as virtudes da coragem, da temperança, da grandeza, da franqueza e da justiça, sendo a justiça a maior de todas, por ser o resultado de todas as outras.

Cabe frisar que unidade e ética foram marcos preponderante desta gestão, tanto no âmbito da seccional quanto das subseções. Mas sei que “unidade não significa unanimidade, muito menos conciliação subalterna ou nivelamento por baixo”.

Não podemos – **insisto**: não podemos! – nos depreciar nem depreciar a instituição em razão de disputas internas pelo poder e que tornam os nossos discursos vazios e odiosos.

A OAB e os advogados precisam ser exemplo e têm o dever de assim se apresentar perante a sociedade, sob pena de comprometer sua autoridade moral quando cobrar ética e integridade dos homens públicos.

Não podemos cair nas armadilhas da política eleitoral, naquilo que Gilberto Freyre chamava de “MAIS TRAIÇOEIRA DAS POLÍTICAS”, em que os adversários, **tornam-se às vezes verdadeiros inimigos. O debate deve se manter apenas no campo das ideias e propostas.**

Se a OAB ajudou a escrever as mais edificantes páginas da história brasileira nos últimos 90 anos; se a OAB é paradigma para a sociedade civil como uma entidade que esteve sempre ao lado da justiça; se a OAB teve a coragem de denunciar os desmandos e a corrupção nos tempos da DITADURA, é porque nunca se deixou levar pela política rasteira, nunca negociou sua independência, nunca se permitiu ser cúmplice dos poderosos.

Seu único compromisso foi e continua sendo com a advocacia e os direitos estampados na Constituição Federal.

Senhoras e Senhores,

A conduta individual do advogado é posta à prova diariamente, tornando a credibilidade uma exigência constante em sua vida. Basta um único deslize moral para que se reflita na coletividade.

Um dia um advogado me disse que não tinha amor em cliente e nas causas, que só tinha amor em “dinheiro”. - Então lhe respondi. Doutor, mude de profissão, vire banqueiro, talvez terá amor nos dois. – Ele me disse não tenho capital para isso. – Eu então lhe disse: Vejo que também não tem “capital” para ser advogado.

A OAB tem um papel fundamental nas razões da morosidade da Justiça no Brasil, que têm raízes históricas e profundas, a começar pelo excesso de legislação que acaba por confundir juízes e advogados.

É o Poder Público e não o cidadão comum o responsável pela montanha de processos que sufocam os tribunais. O cidadão é a vítima nesses processos. O Poder Público é o maior desrespeitador das leis, sendo ele o maior freguês do Judiciário.

Vejo como impossível um Judiciário eficiente, sem que se proceda profundas reformas na legislação processual, bem como no conceito de soluções de conflitos, por parte dos próprios causídicos.

Há que se perguntar a quem interessa uma Justiça morosa? Num

país com pouco mais de 20 mil juízes, distribuídos nas esferas estadual e federal, para atender 220 milhões de habitantes, talvez mais já que o nascituro e o morto também são detentores de direitos, volto a perguntar – a quem interessa uma Justiça lenta?

Certamente, não ao cidadão-contribuinte, que, com seus impostos, sustenta toda a estrutura administrativa dos três Poderes da República.

A reforma do Judiciário deve ser mais que mudança de leis, mas principalmente mudança de paradigmas, tanto na magistratura quanto na advocacia. É imperioso termos compromisso com o aperfeiçoamento das leis, a garantia dos direitos individuais, sociais e de preservação dos valores da pessoa humana.

Sendo indispensável à administração da Justiça, o advogado necessita exercer, da forma mais ampla possível, o direito de defesa dos interesses a ele confiados sem temor, **e com a segurança de que, no seu exercício profissional, não sofrerá nenhum tipo de represália.** Repito: **com a segurança de que, no seu exercício profissional, não sofrerá nenhum tipo de represália.**

Haveremos de mobilizar as advogadas e advogados deste Estado no campo de batalha institucional em defesa das prerrogativas profissionais, cujo alcance vai bem além do interesse classista. Trata-se de defender a coletividade, pois, se compreendermos as prerrogativas essenciais ao trabalho do advogado, constatamos que os seus direitos profissionais são antes direitos dos cidadãos.

Neste ponto, não poderia deixar de elogiar a iniciativa de da OAB-GO de profissionalizar a Procuradoria de Prerrogativas. Iniciativa única e exemplar, que veio de encontro aos anseios da advocacia e por consequência do cidadão. Acredito, senhor presidente, que Vossa Excelência ainda tem muito para melhorar e ampliar este projeto dado a sua importância.

Todos os cidadãos, indistintamente, têm direito à ampla defesa e ao advogado compete a missão de assegurar o pleno exercício desse

direito, baseado nos pressupostos da lei. Devemos ter sempre presente em nossos corações e mentes o ensinamento de **Rui Barbosa**, segundo o qual o advogado, no seu exercício profissional diário, **não se subordina a nenhum outro poder humano, senão à lei e à sua própria consciência.**

Vale dizer: o poder emana da lei e não da pessoa ou do cargo.

Senhoras e Senhores,

Para nos fazermos respeitar, precisamos ousar com responsabilidade e coragem, com a certeza de que estamos trabalhando por uma instituição que nos honra.

A história da Ordem na luta pela redemocratização do país deve nos inspirar agir com ousadia, coragem, sempre com o mesmo foco.

Temos de ter coragem para reafirmar a fé em um país que, não pode deixar apagar a chama da esperança nas forças políticas que ainda haverá de remodelar a nossa realidade, permitindo que vivamos embalados pelas poesias de Cora Coralina.

Devemos ser companheiros presentes do Judiciário, somando forças, procurando sempre lhes auxiliar nas buscas por melhorias estruturais e funcionais, visando sempre as soluções dos conflitos sociais.

Vivemos uma situação hoje no judiciário no mínimo inusitada, pois: quanto mais o Poder Judiciário se moderniza e produz, mais o cidadão busca a justiça para resolver seus conflitos, ou seja, quanto mais o cidadão acreditar e ver resultado, mais buscará o judiciário. Exigindo assim uma evolução contínua de todos nós.

Por isso, a importância da advocacia e do judiciário estarem de mãos dadas neste processo evolutivo, que nada mais é do que o resultado do amadurecimento da democracia e o anseio por justiça.

Não podemos privar o nosso povo de Justiça. Fazer isso seria

retirar-lhes a esperança. E a ausência de esperança gera o desespero e empurra para o caminho da violência e da truculência.

A violência faz surgir o Estado delinqüente, o regime de exceção, que teima em substituir o Estado Democrático de Direito e teima transformar cidadãos de bem em caricaturas do medo.

Para dar um basta a essa lógica perversa, não precisamos recorrer ao jogo bruto da violência contra a violência. O que os homens públicos precisam fazer é dar exemplos. Não acreditemos em homens de “um tiro só” ou de propostas milagrosas. Não existe evolução em sobressalto.

Tudo o que precisamos é substituir a arma pela caneta, dando à educação o verdadeiro papel que lhe cabe para a construção de uma sociedade civilizada. Não há democracia sem a educação como fundamento.

A advocacia é o instrumento necessário para que ninguém seja colocado acima ou abaixo da lei. Fora da lei não há salvação.

A constituição de um governo é a garantia de que nenhum homem será preso, punido ou despido de seus bens sem o devido processo legal, com defesa e contraditório.

Não podemos permitir que um Governo busque soluções fora das leis, mesmo que certos motivos nos pareça justificáveis.

A liberdade é o elixir de todos os outros direitos, se faltar, não teremos remédios, mas sim venenos.

Senhoras e Senhores,
Advogadas e advogados,

Quero registrar nesse momento em meu nome e de uma grande maioria dos membros deste colégio de presidentes o tratamento respeitoso dispensado pela Gestão Lúcio Flávio ao interior. Todos aqueles presidentes que souberam separar política de gestão foram atendidos e agraciados em seus anseios.

É bem verdade, que nem tudo que precisamos pôde ser atendido ou resolvido em três anos, até porque na verdade não são três anos. Se considerarmos que a atual gestão passou quase dois anos colocando as finanças da OAB-GO em ordem, restou pouco mais de um ano à gestão.

Mas uma coisa posso dizer aos advogados de Vila Boa e região. Tínhamos subseções que estavam há 10 meses sem o repasse do duodécimo, tendo a energia, telefone e internet cortados. Hoje, os duodécimos estão rigorosamente em dia, dependendo apenas da prestação de contas de cada subseção e independente de que grupo o presidente participa.

Esta foi uma evolução que significa independência das subseções, pois dinheiro no caixa é autonomia política administrativa.

Assim presidente Lúcio Flávio, precisamos dar continuidade na política classista da forma que Vossa Excelência vem conduzindo, dando dentro de casa o exemplo de democracia e tolerância.

Companheiros do Conselho de Presidentes, convido-os, a continuarmos na luta com espírito público, para que possamos servir à instituição, aos colegas e ao país, com o melhor de nossas convicções. Com a energia que nos permita ousar e abrir novos horizontes.

Relembro a frase do Italiano e herói dos dois mundos: Giuseppe Garibaldi:

“Com companheiros como vós, posso tentar tudo!”

Que neste Colégio de Presidentes, impere a união o bom debate e o espírito público, visando uma advocacia atuante, respeitada e compromissada com o povo brasileiro.

E, dentro desse espírito, encerro citando Chico Xavier, um brasileiro que soube expressar com sua espiritualidade os princípios mais

nobres que enchem a alma humana de dignidade. A Gente Pode

A Gente Pode

Morar numa casa mais o menos
Morar numa rua mais o menos
Morar numa cidade mais o
menos
e até ter um governo mais o
menos

A gente pode
Dormir numa cama mais o
menos
Comer um feijão mais o menos
Ter um carro mais ou menos,
e até ser obrigado a acreditar
mais

Que Deus nos ajude.

Muito obrigado.

ou menos no futuro.

A gente pode Olhar em volta e
sentir que tudo está mais ou
menos.

Tudo Bem!

O que a gente não pode mesmo,
nunca, de jeito nenhum,
É amar mais ou menos,
É sonhar mais ou menos,
É ser amigo mais ou menos,
É ter fé mais ou menos,
Senão a gente corre o risco de se
tornar uma pessoa mais ou
menos.